



Congresso analisa hoje à tarde 11 vetos presidenciais

Davi Alcolumbre, Rodrigo Maia e líderes acertaram na semana passada a liberação da pauta, trancada por 5 vetos, para que possam ser analisados 24 projetos de crédito extraordinário no valor de quase R\$ 23 bilhões. Duas sessões do Congresso foram convocadas para esta semana

Líderes de três partidos disseram que apenas três dos vetos presidenciais, a serem analisados hoje em sessão do Congresso, devem ser confirmados. De acordo com Randolfe Rodrigues, Alvaro Dias e Major Olimpio, os senadores e deputados provavelmente vão manter a proibição do uso pelos partidos políticos de sistemas de prestação de contas diferentes do software disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Outro veto com grande probabilidade de ser mantido é o que veda a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social por meio eletrônico. A exclusão da pos-

sibilidade de que mulheres marisqueiras tenham prioridade para receber indenizações também deverá ser mantida.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, afirmou que seguirá negociando com os demais líderes para evitar a derrubada dos outros vetos. Ele explicou que o acordo permitirá a votação do Orçamento para 2020 até 17 de dezembro, dias antes de começar o recesso parlamentar de fim de ano, e dos créditos extraordinários de quase R\$ 23 bilhões, dos quais cerca de R\$ 5 bilhões são provenientes do último leilão do pré-sal e destinam-se a estados e municípios. 3

Davi, líderes e Moro debatem 2ª instância

Numa reunião hoje na residência oficial da Presidência do Senado, o presidente Davi Alcolumbre avalia com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, a votação de proposta que permite a prisão de condenados em segundo

turno. Também participam do encontro o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, senadora Simone Tebet e deputado Felipe Francischini, além de líderes partidários. 3



Senador Esperidião Amin (2º à esq.), Sergio Moro e a senadora Juíza Selma

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 27/9/2019



Ano Vinte e Nove/Jornal do Senado

especial cidadania

Com a alteração sugerida, cobertura dos planos poderia ser reduzida

Senadores querem impedir limitação de planos de saúde

Alegando perdas com a crise econômica, as operadoras de planos de saúde apresentaram proposta que reduz o número de serviços oferecidos e o preço das mensalidades.

Senadores e órgãos de defesa do consumidor dizem que a mudança prejudicaria os clientes, que teriam cobertura menor. O tema será debatido hoje em comissão do Senado. 4

Começa hoje a jornada dos jovens senadores 2

Trabalho em cruzeiros preocupa debatedores 3

Plenário deve votar proposta sobre perda de cidadania

Está pronta para votação em primeiro turno no Plenário a PEC que dificulta a perda do direito, segundo a qual a medida só deve ocorrer quando a naturalização for cancelada

por decisão judicial em virtude de fraude ou quando o cidadão expressamente solicitar a revogação da cidadania. A PEC é de Antonio Anastasia, relatada por Rodrigo Pacheco. 3

Sessão destaca que violência à mulher precisa de ação urgente

Atualização de leis para melhorar o recebimento e o trâmite de denúncias e ações para acolhimento foram algumas das demandas dos participantes da sessão especial

de ontem que lembrou o Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher. O trabalho do Senado no apoio às vítimas e o envolvimento do homem na questão foram destacados. 3

Convidados discordam sobre Plano Mais Brasil

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes do governo e os demais convidados da CDH divergiram sobre a tramitação das PECs que compõem o plano ter sido iniciada pelo Senado, sobre a extinção

de municípios com menos de 5 mil habitantes e sobre os efeitos das reformas do Estado, que, segundo alguns, serão desastrosos. Os representantes do governo disseram que há margem para negociação. 3



Professor da UnB, José Luiz Oreiro se posiciona contra o plano em audiência presidida por Paulo Paim (C) na comissão

Genaldo Magalhães/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



A diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka (3ª à esq.), ao lado do presidente da sessão, Izalci Lucas

Especialistas cobram ações contra violência à mulher

Atualização das leis para recebimento e andamento de denúncias e ações para acolhimento das vítimas e conscientização da sociedade foram algumas das cobranças feitas ontem em sessão especial no Plenário

EM SESSÃO ESPECIAL ontem para lembrar o Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher, representantes de movimentos em defesa da mulher, do Judiciário e da imprensa comemoraram os avanços alcançados por meio da aplicação da Lei Maria da Penha e cobraram atualização da legislação para o recebimento e andamento das denúncias, além de ações efetivas para conscientização da sociedade e acolhimento das vítimas.

A sessão foi requerida por Izalci Lucas (PSDB-DF) como uma forma de alertar para o crescente número de feminicídios no país. Só em Brasília, já foram 31 mulheres assassinadas este ano por maridos, companheiros ou namorados.

— Precisamos de leis mais

rígidas. Precisamos garantir que as mulheres tenham confiança e saibam que podem denunciar e que estarão protegidas pelo Estado e pela sociedade — afirmou.

A delegada-chefe da 6ª Delegacia de Polícia Civil do Paranoá (DF), Jane Klébia, acompanhou os casos de algumas das vítimas de feminicídio. Ela relatou atendimentos que revelam a necessidade de treinamento específico dos policiais para a oitiva dessas mulheres fragilizadas, bem como a carência de apoio dentro da própria família.

O trabalho do Senado também se destaca no apoio às vítimas de violência doméstica, para as quais é reservada uma cota especial entre as terceirizadas contratadas, disse a diretora-geral da Casa, Ilana

Trombka. A ação desenvolvida no Senado se expandiu pelo país, afirmou.

— É com orgulho que digo que, desde Santa Catarina até o Maranhão, passando por São Paulo e Sergipe, casas legislativas e governos de estado já implantaram essa política, abrindo vagas de trabalho para mulheres que necessitam sair do ciclo da violência e que, para isso, precisam se afastar do agressor — disse.

O envolvimento dos homens no combate à violência doméstica foi apontado como essencial pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT).

— Não podemos falar em combater a violência contra a mulher sem envolver o homem nesses debates. É necessária a participação efetiva do homem não só nas discussões — disse.

Hospital de Amor é exaltado em sessão especial

O Hospital de Câncer de Barretos (SP), agora batizado Hospital de Amor, foi homenageado no Senado ontem. Autor do requerimento para a sessão especial, Eduardo Gomes (MDB-TO) considera importante reverenciar o trabalho da instituição, que faz quase 6 mil atendimentos diários pelo SUS.

Referência no tratamento e prevenção de câncer no Brasil, a instituição conta com 10 unidades em funcionamento e outras em processo de abertura, nos estados de Amapá, Acre, Roraima e Tocantins.

Só em 2018, foram atendidos mais de 192,2 mil pacientes de 2.167 cidades de todos os estados, com quase 1 milhão de procedimentos nas unidades móveis e nas instalações fixas da instituição.

Eduardo Gomes elogiou o trabalho do presidente da instituição, Henrique Prata, filho do idealizador do projeto, o médico Paulo Prata. Ele disse que, além de prestar homenagem e reconhecimento, solenidades como a de ontem também são uma forma de prestação de contas.

Confúcio Moura (MDB-RO)

destacou o bom atendimento do hospital, não apenas aos pacientes, mas também aos acompanhantes, que acontece de maneira gratuita.

Henrique Prata, que também é fazendeiro e criador de cavalos, afirmou que sua família tem uma história humanista de mais de 150 anos e a mentalidade de que o dinheiro não pode ser o definidor de quem merece ou não tratamento. Ele mencionou também o propósito ensinado por seu pai de que todas as pessoas com câncer merecem ser tratadas de maneira igualitária e honesta.

Jovens senadores iniciam hoje sua jornada legislativa

Os 27 estudantes selecionados no concurso de redação para o Jovem Senador foram recebidos ontem pelo presidente do conselho do projeto, o senador Irajá (PSD-TO). Ele disse que os alunos terão a chance única de conhecer o dia a dia de um parlamentar e o funcionamento da Casa. Hoje os estudantes tomarão posse no Plenário. Até sexta-feira, eles conhecerão as regras do processo legislativo e apresentarão, discutirão e votarão sugestões que poderão tramitar como

projetos de lei.

— Foram cerca de 120 mil redações. Vocês tiveram o privilégio de ser escolhidos, com todo o merecimento. — disse Irajá.

Segundo ele, essa pode ser a oportunidade de despertar nos estudantes o sonho de ingressar na política.

Diretora-geral do Senado, Ilana Trombka disse esperar que os alunos coloquem toda a força de vontade nos quatro dias de atividades.

— Pensem no país que querem ajudar a construir. Nós acreditamos em vocês.



Irajá e os alunos na abertura da exposição Jovem Senador 2019

Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Violência contra a mulher

9h Audiência sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres.

CAE Isenção de ICMS para templos

10h Debate sobre o PL 2.015/2019, que acaba com isenção de IR sobre lucros e dividendos. Depois, o PLP 55/2019, que estende a templos a prorrogação de isenções do ICMS por até 15 anos é o único item.

CE Educação básica de indígenas

11h Pauta de 16 itens. Às 14h30, audiência para debater o impacto do novo Fundeb para educação indígena e quilombola.

CJ Conta de luz

11h Entre 21 itens, o PLS 232/2016, que trata da portabilidade da conta de luz.

CRE Previdência das Forças Armadas

11h Debate sobre previdência militar.

JOVENS SENADORES Posse

11h Sessão de posse dos jovens senadores.

CTFC Defesa do consumidor

11h30 Pauta de 10 itens. Às 14h, 2º Encontro entre a Defesa do Consumidor e o Parlamento.

CPMI DAS FAKE NEWS Depoimento

13h General Carlos Alberto dos Santos Cruz.

CMA/CCJ Licenciamento ambiental

14h Audiência conjunta para discutir o PLS 168/2018, que cria regras para o licenciamento ambiental.

CONGRESSO Vetos

14h Análise de vetos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

17h Na pauta, o PLS 466/2015 — Complementar, que impede contingenciamento de obras em situação regular.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso aprecia vetos e libera pauta para créditos

Davi fechou acordo com líderes para analisar 11 vetos, 5 dos quais trancam a votação de recursos extras de quase R\$ 23 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 5 bilhões destinam-se a estados e municípios

DEPOIS DE ACORDO com os líderes da Câmara e do Senado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou duas sessões do Congresso para esta semana. Hoje os parlamentares devem apreciar 11 vetos presidenciais, dos quais 5 trancam a pauta e bloqueiam outras votações, como as de diversos projetos de lei que alteram o Orçamento de 2019. Os líderes de três partidos disseram que apenas 3 dos 11 vetos devem ser confirmados. De acordo com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Alvaro Dias (Podemos-PR) e Major Olimpio (PSL-SP), os parlamentares devem manter um dispositivo que proíbe o uso pelos partidos políticos de sistemas de prestação de contas diferentes do software do Tribunal Superior Eleitoral. Ainda segundo os três senadores, deve ser mantido também o veto ao dispositivo que proíbe a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência



Segundo alguns líderes, só 3 dos 11 vetos terão o aval dos senadores

Social por meio eletrônico.

O terceiro veto barrou item que concede preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que seguirá negociando para evitar a derrubada dos outros vetos. Ele explicou, porém, que o acordo permitirá a votação na sessão de amanhã de 24 projetos que abrem créditos extras no valor de quase R\$ 23 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 5 bilhões são

provenientes do último leilão do pré-sal e destinam-se a estados e municípios. A análise dos créditos libera a pauta para a votação, até 17 de dezembro, do Orçamento-Geral da União para 2020.

Alvaro Dias avisou que vai recorrer à Justiça contra o pagamento de multas da Justiça Eleitoral aos partidos com dinheiro do fundo eleitoral e a volta do programa partidário no rádio e na TV, que a derrubada de um dos vetos permitiria.

PEC que dificulta perda de cidadania pode ser votada

O Plenário pode votar hoje em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que torna mais difícil a perda da cidadania brasileira. De acordo com a PEC 6/2018, a medida só deve ocorrer quando a naturalização for cancelada por decisão judicial em virtude de fraude ou quando for feito um pedido expresso pelo cidadão. A proposta, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), tem

como relator o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Outras duas PEC na pauta precisam passar por sessões de discussão antes de irem a voto. A PEC 48/2017, da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), estabelece que o prazo para sanção tácita de projetos de lei deve se dar em dias úteis, e não corridos.

A sanção tácita ocorre quando, passados 15 dias da

aprovação de uma matéria pelo Poder Legislativo, o presidente da República não se manifesta pela confirmação ou pelo veto. O texto está na terceira de cinco sessões de discussão em primeiro turno. Já a PEC 19/2014, do senador Paulo Paim (PT-RS), está na primeira sessão de discussão em segundo turno. O texto inclui a acessibilidade e a mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

Paulo Rocha registra realização do Congresso do PT

Paulo Rocha (PT-PA) registrou ontem em Plenário o congresso do Partido dos Trabalhadores no fim de semana em São Paulo, com a participação de cerca de 600 delegados. O senador lembrou o surgimento do partido, na década de 80, lembrando que o PT foi construído para ser um instrumento não só de transformação social, mas um instrumento político dos trabalhadores.

— Foi o Partido dos Trabalhadores que colocou na Presidência da República o primeiro operário a governar o Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva — destacou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim homenageia ex-deputado federal Clóvis Ingelfritz

Paulo Paim (PT-RS) homenageou ontem em Plenário o ex-vereador de Porto Alegre e ex-deputado federal Clóvis Ilgenfritz, que morreu na noite de sábado, aos 80 anos, na capital gaúcha.

— Era apaixonado pelas causas populares, fiel defensor da liberdade e da democracia. Clóvis, um humanista, vou sempre lembrá-lo com muito carinho. Formado pela UFRGS como arquiteto e urbanista em 1965, atuou especialmente nas áreas da habitação popular e planejamento urbano. Foi uma referência nacional na sua categoria e, eu diria, para os setores mais vulneráveis.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Marcio Bittar diz que pressão da Europa tem razões econômicas

Marcio Bittar (MDB-AC) afirmou ontem em Plenário que a pressão dos países europeus sobre o Brasil para a preservação da Amazônia se dá não pelo meio ambiente, mas por interesses econômicos e por protecionismo. Ele disse que mais de 1 milhão de hectares já queimaram na Austrália em novembro, sem que houvesse comoção internacional comparável à que houve quando dos incêndios na Amazônia.

— O que está em jogo é o subsídio que a Europa dá aos seus produtores rurais, o que está em jogo é a defesa que a Europa faz dos seus produtos — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Davi e líderes se reúnem com Moro para discutir 2ª instância

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e líderes partidários se reúnem hoje com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para tratar da votação de projeto que estabeleça a prisão de condenados após decisão em segunda instância. A reunião será às 9h, na residência oficial da Presidência do Senado.

Também participarão do encontro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e os presidentes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) das duas Casas do Legislativo, senadora Simone Tebet (MDB-MS) e deputado Felipe Franciscini (PSL-PR).

Um projeto sobre o tema (PLS 166/2018) está na pauta da reunião de amanhã da CCJ

do Senado. Moro havia sido convidado a participar de audiência na comissão, mas o debate foi adiado. O texto em discussão é um substitutivo da senadora Juíza Selma (Podemos-MT), construído a partir de conversas com Moro.

Nessa proposta, a prisão poderia acontecer “em decorrência de condenação criminal por órgão colegiado ou em virtude de prisão temporária ou preventiva”.

O projeto também prevê que o tribunal determine a execução provisória de penas privativas de liberdade sem prejudicar o acolhimento de recursos que venham a ser apresentados. Na prática, isso abre a possibilidade para a prisão após condenação em segunda instância.

Especialistas discordam sobre efeitos do Plano Mais Brasil

Representantes do governo e especialistas que participaram ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos solicitada por Paulo Paim (PT-RS) discordaram sobre as PECs do Plano Mais Brasil.

Para o diretor na Secretaria Especial de Fazenda, Bruno Funchal, com as PECs os gestores terão mais liberdade para fazer investimentos.

Por sua vez, o consultor da Confederação Nacional de Municípios, Eduardo Stranz, criticou o item da PEC 188/2019 que extingue municípios com menos de 5 mil habitantes que não comprovem uma arrecadação de ISS, IPTU e ITBI que corresponda a pelo menos 10% de sua receita.

Assessor técnico da Câmara, Flávio Tonelli disse que a tramitação das PECs se constitui em uma “fraude do sistema legislativo”, por começar pelo Senado.

Para o diretor de Documentação do Diap, Antonio Augusto de Queiroz, aprovadas como estão, as PECs trarão o desmonte do Estado, a desorganização administrativa, a fragilização dos serviços, a quebra da isonomia, a priorização da dívida pública e das despesas financeiras.

O assessor jurídico da Secretaria Especial de Fazenda Filipe Barros disse que o pacote é passível de mudanças e que a equipe já está em contato com os relatores para colaborar com os ajustes.

Condições de trabalho em cruzeiros preocupa debatedores

A dificuldade de aplicação da lei brasileira em infrações trabalhistas em navios de cruzeiro, impedindo a punição quando os empregadores são estrangeiros ou o trabalho se dá em águas internacionais, foi a preocupação apresentada pelos participantes de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O requerimento para a realização do debate foi do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH.

A professora Angela Teberga de Paula, da Universidade Federal do Tocantins, apresentou pesquisa sobre as condições de trabalho em cruzeiros marítimos. Segundo os números, 93% dos tripulantes dão expediente

sete dias por semana, em jornadas semanais que chegam a ultrapassar 100 horas.

O desembargador Paulo Régis Machado Botelho, do Tribunal Federal do Trabalho da 7ª Região, mencionou a atratividade dos salários no setor, pagos em dólar ou euro, para milhares de jovens trabalhadores, mas questionou se o pagamento justifica deixar de lado as garantias trabalhistas. Para ele, as empresas de navegação ofendem o princípio da boa-fé em seus contratos de trabalho. Questões como adicional noturno e folga semanal são regidas por acordos coletivos internacionais que o trabalhador não conhece na total amplitude, observou.

Planos de saúde querem limitar atendimentos

Sob a alegação de que perderam usuários em razão da crise, empresas querem diminuir serviços em troca da redução de preços das mensalidades. Senadores estão preocupados

Ana Luisa Araujo

CERCA DE 3 milhões de pessoas deixaram de pagar planos de saúde a partir de 2015 por causa da crise econômica. É um contingente maior do que o número de moradores de Salvador, terceira maior cidade do país, com 2,6 milhões de habitantes. Toda essa gente passou a depender total ou parcialmente do SUS. E as contas das operadoras de planos começaram a não fechar.

Na tentativa de buscar novos clientes, as empresas apresentaram em outubro um conjunto de propostas para diminuir a quantidade de serviços oferecidos em troca da redução do preço das mensalidades. A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) alega que, com a mudança, seria possível incorporar ao sistema camadas da população que supostamente nunca tiveram acesso ao serviço.

O diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Igor Britto, não concorda. De acordo com ele, o cenário, que já não é satisfatório para os atuais 47 milhões de brasileiros que sustentam o sistema privado, poderia ficar ainda pior.

Segundo Britto, o usuário de plano de saúde é quem escolherá quais tipos de serviço quer pagar. É como se o consumidor tivesse que adivinhar quais doenças terá. Ele diz que isso é igualmente negativo para as empresas:

— A operadora terá que oferecer todos os tipos de serviço para que o consumidor possa escolher. O operador corre o risco com as despesas [da oferta do serviço] e o consumidor com a sua saúde,



Pela proposta em discussão na Agência Nacional de Saúde Suplementar, a cobertura dos planos poderia ser reduzida

porque as operadoras estão oferecendo e o consumidor pode não utilizar. Isso é muito perigoso, isso não é um plano de saúde, um seguro, isso é um miniplano, um contrato de serviço que vai induzir as pessoas ao erro.

O Idec fez um manifesto público contra a proposta, que obteve, até agora, a assinatura de mais de 30 entidades ligadas à medicina e à proteção do consumidor. No documento, o instituto denuncia os chamados planos *pay-per-view* (pagar para ver). Conforme o órgão de defesa do consumidor, as operadoras pretendem deixar de fora da cobertura atendimentos mais caros e doenças frequentes como câncer e problemas cardíacos.

Lucro

Em nota, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) reconhece que entidades podem promover o debate setorial, mas esclarece que discute medidas para o enfrentamento dos desafios do setor. Alguns desses temas estão definidos na Agenda Regulatória da ANS. Dois deles são a garantia de acesso da população aos planos de saúde e as melhorias relacio-

nadas à cobertura assistencial.

Órgãos de Defesa do Consumidor e representantes dos planos de saúde participam hoje, às 14h, de uma audiência pública na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) sobre o novo marco legal dos planos. A comissão já debatera em agosto a questão dos preços e dos reajustes das mensalidades.

Idade

Segundo o presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), fica cada vez mais clara a necessidade de buscar uma solução para que os usuários de planos de saúde não fiquem desamparados quando ultrapassam os 60 anos. Nessa faixa etária, disse, muitos brasileiros desistem de pagar um plano por causa dos preços elevados.

— Aquele que completa 60 anos é convidado a sair do plano. Seja pelos reajustes, por faixa etária aos 59 [anos], que ultrapassa o nível de razoabilidade na grande maioria dos casos, seja também pela dificuldade de ingressar com mais de 60 anos — afirmou.

A pesquisadora do Idec Ana Carolina Navarrete explicou na audiência que a fórmula de reajuste dos planos de saúde leva a uma injustiça. Pelas regras atuais, se a taxa de uso do plano ultrapassa 70%, computando o conjunto dos usuários e o que eles acessaram em serviços oferecidos, na comparação com o que pagaram em mensalidades, incidirá automaticamente um reajuste na mensalidade. Como a taxa média de uso tem ficado em 80%, o usuário, individualmente, nunca vai escapar do aumento. Além da chamada sinistralidade (a utilização em caso de doença), há reajustes com base na mudança de faixa etária a cada cinco anos.

— O reajuste de 7,35% [limite instituído pela ANS], o consumidor sente. Quando o reajuste

é maior do que a inflação, o consumidor cobra, porque ele usa a inflação como parâmetro — afirmou a pesquisadora.

O consultor legislativo do Senado Marcos Paulo Eirado considera natural que as empresas tentem aumentar as suas margens de lucro, mas julga ser improvável que a proposta seja sequer apresentada por algum parlamentar. É mais difícil ainda que a aprovação aconteça.

A inflação dos planos de saúde é maior do que a inflação geral desde 2005. Para Marcos Eirado, isso acontece porque o setor gasta muito com inovação e sempre aparecem medicamentos e tecnologias com preços mais altos.

— As operadoras reclamam porque aumentam as despesas, é claro, mas as novas tecnologias devem ser oferecidas. Porque, apesar de caras, elas previnem despesas maiores — afirma Igor Britto, do Idec.

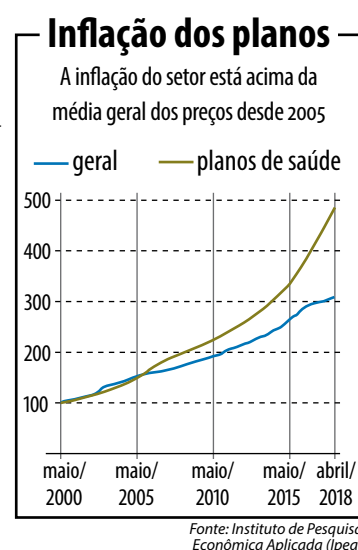
O economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Carlos Octávio Ocké-Reis afirmou na audiência ser importante que a discussão sobre a cobertura dos planos ganhe uma “natureza estrutural”.

— O mercado dos planos de saúde é extremamente subsidiado — disse o pesquisador, para quem não é natural que a taxa de inflação dos planos seja maior do que a média nacional.

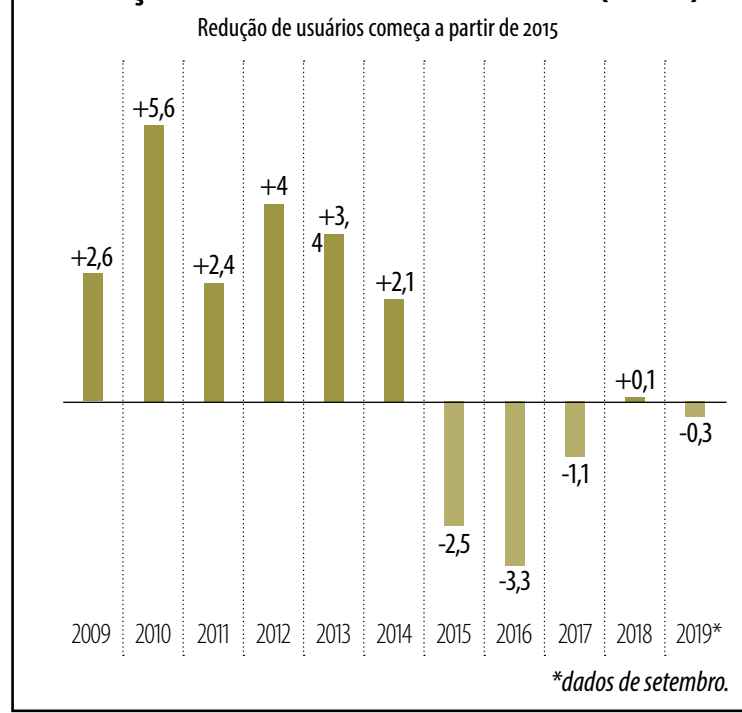
Ressarcimento

Como os contribuintes são ressarcidos na devolução do Imposto de Renda de parte do que pagaram aos planos durante o ano, o Estado abre mão dessa parcela arrecadada em benefício das operadoras. Segundo o economista do Ipea, só em 2017 a Receita Federal restituiu R\$ 20,2 bilhões de gastos com planos de contribuintes.

Para o senador Reguffe (Podemos-DF), o custo de um plano de saúde é proibitivo para a maioria dos brasileiros.



Varição do número de beneficiários (em %)



Saiba Mais

ANS
www.ans.gov.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania